

D037

Proposta de Erradicação do
Analfabetismo integrando
municípios, estados, união
e universidades - 1989o 1999
Autoria: UmB
Fev 1989



Universidade de Brasília

PROPOSTA DE ERRADICAÇÃO DO ANALFABETISMO
INTEGRANDO MUNICÍPIOS, ESTADOS, UNIÃO E
UNIVERSIDADES - 1989 a 1999

1ª versão

Para reunião 01.02.89

B R A S I L I A

fev. 1989

A ERRADICAÇÃO DO ANALFABETISMO: O COMPROMISSO CONSTITUCIONAL E
O PAPEL DA UNIVERSIDADE

TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO ANALFABETISMO NO BRASIL INDICA UMA PRO-
POSTA DE AÇÃO CONJUNTA PARA 1989/99.

PROPOSTA DE ERRADICAÇÃO DO ANALFABETISMO INTEGRANDO MUNICÍPIOS/
ESTADOS/UNIÃO/UNIVERSIDADES - 1989/99

PROPOSTA METODOLÓGICA

ERRADICAÇÃO DO ANALFABETISMO 1989/99 - IDÉIAS CHAVES

AÇÕES - UnB - DF
UnB - África

FONTES DE CONSULTA

ANEXOS

A ERRADICAÇÃO DO ANALFABETISMO: O COMPROMISSO CONSTITUCIONAL E O PAPEL DA UNIVERSIDADE

A transformação substancial por que passa a humanidade, no momento em que ao processo civilizador incorporam-se os avanços tecnológicos, a robótica e os meios eletrônicos, quando pesquisas sobre o cérebro vislumbram a possibilidade de outras formas de comunicação humana, faz emergir problemas de diferentes ordens, entre eles, o fato de ainda convivermos com enormes grupos de pessoas que não decifram o código da linguagem escrita.

A universidade, instituição responsável, em grande parte, pelos avanços conquistados pela humanidade, tem ao lado disso que se preocupar também com as populações que ainda encontram-se à margem deste processo, buscando formas de socializar o próprio conhecimento produzido que é, na grande maioria, veiculado através da linguagem escrita. Garantir ao cidadão o acesso ao conhecimento constitui-se parte dos direitos humanos. A constituição brasileira de outubro de 1988 inclusive estipula o prazo de 10 anos para erradicar o analfabetismo no país.

Dessa forma, a legitimização da universidade brasileira implica, também, seu engajamento nesta tarefa. Obviamente este não se constitui em um problema de responsabilidade única das universidades. Cabe a esta apontar os caminhos metodológicos e operacionais para a solução deste impasse e, em alguns casos até mesmo desenvolver projetos que visem a resolver este problema, bem como colocar-se como articuladora das diferentes instituições às quais cabe ou interessa o desenvolvimento do contingente populacional no qual encontram-se os analfabetos, como as Secretarias de Educação, as associações de moradores, os sindicatos e as confederações de trabalhadores.

Neste sentido, a Universidade de Brasília elaborou o presente documento no qual estabelece as bases de sua proposta para a erradicação do analfabetismo no Brasil.

TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO ANALFABETISMO NO BRASIL INDICA UMA PROPOSTA DE AÇÃO CONJUNTA PARA 1989/99

Examinando a trajetória histórica do fenômeno ANALFABETISMO no Brasil (ver gráfico anexo), enquanto problema e alvo de possível solução, não é difícil constatar (conhecendo-se os limites da precisão estatística) a tendência à diminuição das taxas (números relativos) e ao aumento em números absolutos de analfabetos no Brasil. Entretanto, esta constatação carece de estudo mais aprofun-

dados em função de alguns aspectos como o fato de se trabalhar com projeções estatísticas do Censo 1980 (está próximo o novo Censo 90) e dados da PNAD-1986, o preconceito negativo que envolve a auto-declaração do analfabeto e, mais recentemente, a ampliação do próprio conceito para analfabeto "cultural".

Compreendidos como eleitores potenciais é curioso observar como no período de redemocratização do país, após a ditadura de Vargas 1946 até a ditadura militar de 1964, os analfabetos foram alvos de campanhas (CNAIA/1947; CNER/1949, CNEA/1958), que efetivamente resultaram num aumento do eleitorado em 50% entre 1950 e 1960 (de 7,9 milhões de eleitores para 11,7 em 1960). Como forma de ampliar as bases populares de sustentação política do governo após a renúncia de Jânio Quadros, Collor o vice-presidente ao assumir, não só estimulou como apoiou efetivamente as iniciativas dos movimentos populares, Igreja e particularmente professores (Paulo Freire) e universitários, institucionalizando em 1963 o Plano Nacional de Alfabetização, extinto em 1964. Instalada a ditadura militar, após um período de desmobilização dos movimentos populares organizados, inclusive em torno da alfabetização de jovens e adultos, impõe-se o Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAL, em 1970, penetrando diretamente em 3953 municípios. Em nome da educação de massas e descaracterizando o "método" de alfabetização de adultos de Paulo Freire, a maioria dos adultos (60%, segundo documento oficial) não conseguia se alfabetizar, devido ao descompromisso e amadorismo da execução. No início da década de 80, o MOBRAL diversificava suas atividades e o governo militar começava a privilegiar ações de participação comunitária. Há que se constatar que em relação ao período anterior 1946-64, este foi um tempo de retrocesso na busca e efetividade de soluções do analfabetismo, se fosse possível avaliar a eficácia!

A partir de 1982/84 com as primeiras eleições estaduais e municipais e em 1985 com a instalação do governo civil da Nova República e as eleições da Assembleia Nacional Constituinte em 1986, retoma-se o processo de redemocratização no país. Tais fatos, por resultarem de pressões políticas de setores organizados da sociedade civil, trouxeram no seu bojo iniciativas de ações de alfabetização de jovens e adultos, envolvendo governos estaduais, prefeituras, Universidades, Diretores de Escolas eleitos, Associações de Moradores, Organização de Igrejas. Esta diversidade de iniciativas permeou a mudança de nome do MOBRAL para Fundação EDUCAR, que, na sua ambigüidade, estimulou e promoveu o Projeto da Baixa da Fluminense com autogestão das organizações populares (1986-89), profissionalização dos Coordenadores e Monitores (vínculo empregatício, remuneração acima do padrão do professor municipal), ob-

tendo apoio da UNICEF, Igreja Católica e recebendo o Prêmio UNESCO-1988.

A Constituição de 5/10/88, após longo processo de debate público polarizado na defesa da escola pública em contraposição à privatização do ensino, consagrou algumas conquistas para a educação básica de jovens e adultos, em particular sobre a alfabetização nos artigos 14, 208, 211, 214 e artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ver anexo). O direito constitucional, assegurando o voto "facultativo" do analfabeto, embora mantendo a restrição da sua inelegibilidade e, ao mesmo tempo, assegurando a erradicação do analfabetismo no prazo de dez anos, marca uma qualidade nova na correlação de forças políticas interessadas na alfabetização de jovens e adultos.

Cabem as perguntas: A quem interessa? A quem compete a erradicação do analfabetismo de jovens e adultos no prazo de dez anos - 1989/99?

A trajetória histórica do problema/solução do ANALFABETISMO no Brasil é demonstrativa em caracterizar-se como resultante da correlação de forças políticas. Embora não sendo prioridade nas pautas reivindicatórias dos movimentos populares urbanos (moradia) e sindicais (salários), movimentos rurais (terra), a ERRADICAÇÃO DO ANALFABETISMO interessa, quando explicitado como PROBLEMA de SOLUÇÃO "GERENCIAL" na compreensão da EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA MUNICIPAL (exemplo Ceilândia 88/89), enquanto DIREITO CONSTITUCIONAL.

Diante do grau de organização política da sociedade civil; da legitimidade dos governos municipais e estaduais; da propaganda direcionada dos setores privatistas de desmoralização dos políticos, do serviço público, da escola pública, da universidade pública; do potencial de mobilização de jovens e adultos que envolve as atividades de alfabetização, por ocorrer nos locais de moradia, entende-se que se esgotaram historicamente as Campanhas, Planos nacionais, Órgãos federais. As experiências mais recentes, localizadas e autogerenciadas, demonstram a eficácia de uma PROPOSTA DE AÇÃO CONJUNTA - na qual a universidade pública assume seu papel articulador legitimando-se socialmente.

Desde 1962 a UnB esteve presente nas tentativas de alfabetização de jovens e adultos no DF, quando Paulo Freire pessoalmente conduziu as atividades com estudantes e moradores do Núcleo Bandeirante e Sobradinho, contribuindo diretamente para a institucionalização do Plano Nacional de Alfabetização em 1963.

Em 1985, foram alunos do Estrado em Educação da UnB, que através da direção eleita do Complexo A da Ceilândia (Estrado F. Mendonça) iniciaram o Projeto de Alfabetização de Adultos com nor-

malistas estagiários da Escola Normal até 1936, dando continuidade, com apoio da Paróquia local e posteriormente da UnB, em convênio com a Fundação Ponçon (1937/88) e Fundação EDUCAR (1933). Com base nesta experiência de três anos, 1935-1938, é que a UnB formula a proposta que se segue.

PROPOSTA DE ERADICAÇÃO DO ANALFABETISMO INTEGRANDO MUNICÍPIOS/ESTADOS/UNIÃO/UNIVERSIDADES - 1939-1999

AÇÃO CONJUNTA das instituições governamentais e organizações da sociedade civil nos níveis municipal, estadual e federal, articulada pelas Universidades Federais com gerência local.

Município - a base político-administrativa da Educação Básica para jovens e adultos, por isto responsável pela gerência local.

Estado - fortalecimento do 2º grau regular

- . Escolas Normais: formação de Professores para Educação Básica de jovens e adultos
- . Escolas de 2º grau: OSPB = Serviço cívico
- . revisão do atual Supletivo Fase II, III e IV

Universidades - integração PESQUISA, ENSINO e EXTENSÃO nas licenciaturas (Faculdade de Educação como referência) com vistas à Educação Básica de jovens e adultos, através da formação e aperfeiçoamento de professores de 2º grau (ênfase nos docentes das Escolas Normais)

- formulação de estratégias de ação político-administrativo-pedagógica capazes de facilitar a articulação entre as instituições governamentais e as organizações da sociedade civil nos níveis municipal, estadual, federal.

Instituições do governo federal - Fundação EDUCAR (recursos financeiros), FAE (material e óculos), IBR (óculos), Radiobrás/Puntevê.

Organizações da sociedade civil - Movimentos, Associações de Moradores, Grupos de Jovens de Igrejas, Grêmios e Centros Acadêmicos estudantes, Sindicatos (categorias com e sem analfabetos), Centrais sindicais, Confederações, Empresas.

META 89/99 - 18 milhões de alfabetizados
1,8 milhão alfabetizados/ano

PROPOSTA METODOLÓGICA

Esta proposta apoia-se na experiência desenvolvida há 3 anos no Distrito Federal - Ceilândia, com participação direta da UnB, desde o início em 1935, quando analisando as condições objetivas e

subjetivas daquele momento político formulou-se uma estratégia de ação político-administrativa-pedagógica cujos ajustes no percurso resultaram na validação da metodologia adotada, no envolvimento concreto de instituições governamentais e organizações da sociedade civil e na confirmação do papel articulador da UnB, integrando a PESQUISA-ENSINO-EXTENSÃO.

Fundamentos

A metodologia proposta é baseada na pedagogia de Paulo Freire, nos princípios da Educação Libertadora, que pela própria natureza recria-se em função da sua inserção na realidade. Configurada como Alfabetização constitui-se uma forma de compreender criticamente o mundo na qual a aprendizagem se dá pelo princípio da descoberta (1). As palavras (de 15 a 20) e temas geradores são buscados a partir de um íntimo contato com a população a ser alfabetizada, através de um levantamento que compõe uma representação do universo vocabular e matemático.

Dinâmica

As sessões onde se desenvolve a dinâmica da Alfabetização chamadas de círculos de cultura, respeitam o tempo possível a ser exigido de um adulto trabalhador, na forma seguinte:

- . duração total: cerca de 96 horas (2), em 4 meses, tomada por base a média de 18 palavras-chave, em sessões de 2 horas, 3 vezes por semana em dias alternados
- 1º momento: cerca de 36 horas/alfabetização através das palavras-chave
- 2º momento: 30 horas/pós-alfabetização através de exercícios de leitura e escrita
- 3º momento: 30 horas/numeração, ou seja, exercícios que, se utilizando do mesmo princípio da descoberta, possibilitar a apropriação dos princípios elementares da matemática.

Material

O material necessário ao desenvolvimento deste trabalho caracteriza-se pelo baixo custo e é constituído, basicamente, por

- . cartazes
- . caderno, lápis e borracha
- . fichas de cartão
- . textos elaborados pelos alfabetizandos
- . material de numeração

Recursos Humanos

Requer 1 coordenador, com 2 a 4 observadores (coordenadores em formação) e até 18 alfabetizandos. Cada grupo de 7 círculos de cultura necessita de 1 supervisor (coordenador com extensa experiência no trabalho) a fim de que possa ser mantido o controle de qualidade do processo pedagógico. A súmula das atividades de cada componente deste processo é a seguinte:

. supervisor (40 hs/semanais):

- supervisionar o desenvolvimento de até 7 círculos de cultura;
- coordenar as reuniões semanais, onde são avaliados os trabalhos, com coordenadores e observadores;
- participar, com os demais supervisores, de reuniões periódicas de coordenação dos trabalhos;
- participar do processo de capacitação que envolve momentos individuais e grupais.

. coordenador (20 hs/semanais):

- coordenar o círculo de cultura;
- participar das reuniões de avaliações com os observadores;
- preparar o material necessário para o desenvolvimento do trabalho;
- participar do processo de capacitação que envolve momentos grupais e individuais;
- orientar os observadores no recrutamento de alfabetizandos para a formação de novo círculo de cultura;

. observador (20 hs/semanais):

- observar o círculo de cultura;
- participar das reuniões de avaliação junto com coordenadores, demais observadores e supervisor;
- participar do processo de capacitação que envolve momentos individuais e grupais;
- recrutar alfabetizandos para a formação de novo círculo de cultura.

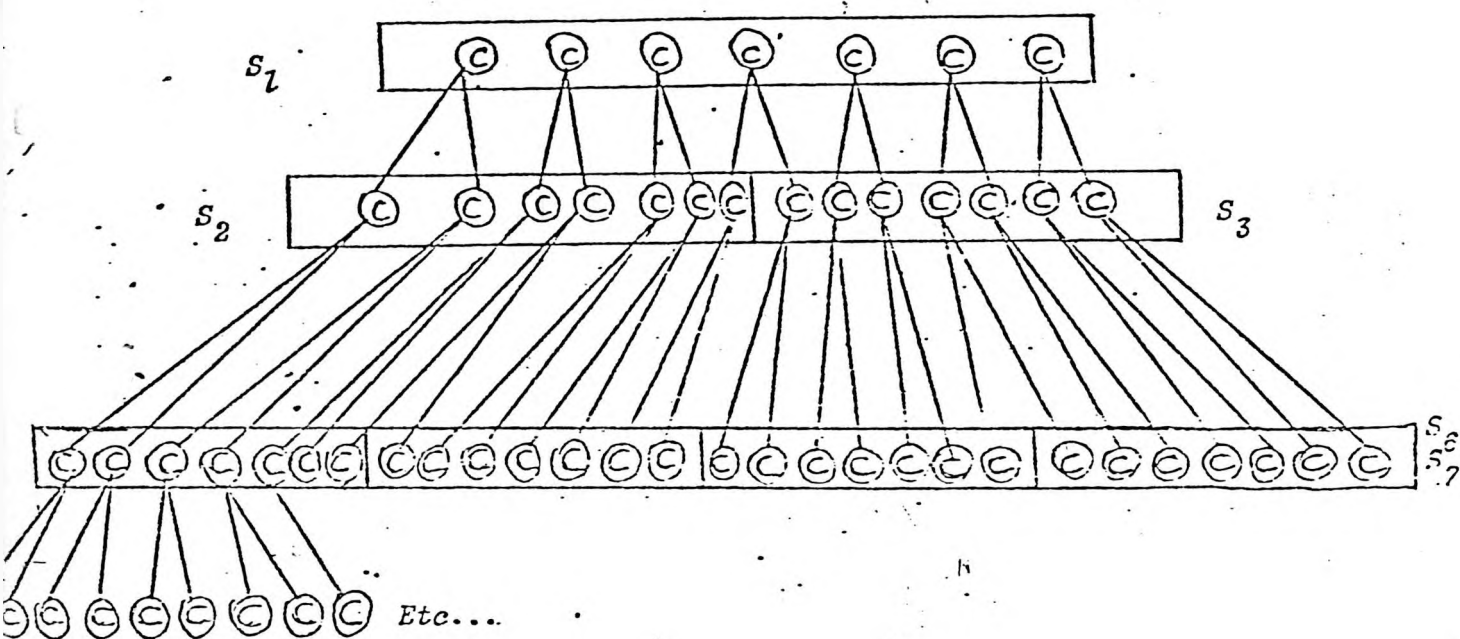
Capacitação

O processo de capacitação se dá pela observação direta dos círculos de cultura em funcionamento e pela avaliação semanal da dinâmica desses círculos. São treinados nos futuros coordenadores:

- . a habilidade dialógica;
- . a habilidade de leitura da realidade;
- . a habilidade na técnica de alfabetização.

O sistema de capacitação, já testado, permite a composição do quadro de coordenadores ser constituído por jovens estudantes do 2º grau, principalmente normalistas, bem como a multiplicação rápida do número de treinados. O uso do vídeo-teipe possibilita rápido aperfeiçoamento de habilidades necessárias, em especial a de observação (3). O esquema abaixo demonstra as possibilidades de aplicação do trabalho:

ESQUEMA DEMONSTRATIVO DA POSSIBILIDADE DE AMPLIAÇÃO DO TRABALHO DE ACORDO COM A METODOLOGIA ADOTADA:



Deste modo, a cada 4 meses, vencida uma etapa do processo de erradicação do analfabetismo, um novo contingente de coordenadores encontra-se preparado para juntar-se aos já formados, constituindo-se, assim, novas turmas que corporarão outros círculos de cultura.

Recrutamento

O recrutamento a ser desencadeado neste trabalho possui dois níveis: o dos coordenadores e o dos analfabetos. Para o caso dos coordenadores, sugere-se entendimento com os sistemas de ensino, especialmente as redes públicas, a fim de que as autoridades educacionais e os próprios alunos de 2º grau sejam sensibilizados para o problema e se engajem efetivamente em sua solução. Formas de reconhecimento podem ser sugeridas como a contagem de créditos em disciplinas voltadas especificamente para a compreensão dos problemas brasileiros, como OSPB além de, no caso dos alunos de Cursos Normais, poderem as horas dedicadas a este trabalho serem reconhecidas como estágio supervisionado obrigatório ao curso. Os mesmos proce-

dimentos são aplicáveis a alunos universitários, especialmente aqueles que têm seus cursos na área de formação de educadores (licenciaturas).

Para os analfabetos, o recrutamento deve ser realizado pelo próprio coordenador de círculo de cultura, que se utilizará dos meios disponíveis em sua comunidade como consulta às fichas de matrículas das escolas públicas, que indicam a condição de letrados ou iletrados dos pais de alunos, ou mesmo a partir de visitas domiciliares de levantamento da situação concreta de uma rua, quadra ou bairro.

-
- (1) O princípio da descoberta constituiu objeto de pesquisa de duas dissertações de mestrado em Educação da UnB elaboradas por alunas que orientam e supervisionam atividades de alfabetização de adultos em Ceilândia - DF, desde 1985: ANGELIM, 1988 e COUTINHO, 1988.
 - (2) O programa desenvolvido nessas 96 horas corresponde ao que no Ensino Supletivo convencionou-se chamar de Fase I, habilitando o alfabetizado, portanto ao ingresso na Fase II. Essa Fase corresponde às 4 primeiras do ensino fundamental. A entrada de um contingente expressivo de alfabetizados pela metodologia proposta, certamente, requererá a revisão da metodologia atualmente utilizada no ensino supletivo com vistas ao surgimento de uma nova forma de escolarização de adulto.
 - (3) O programa Educar é Descobrir, direção de Laura Maria Coutinho, produção NUTEL/FEDF, 23 min, cor, março 1986, tem sido amplamente utilizado com a finalidade de capacitação de coordenadores e supervisores.

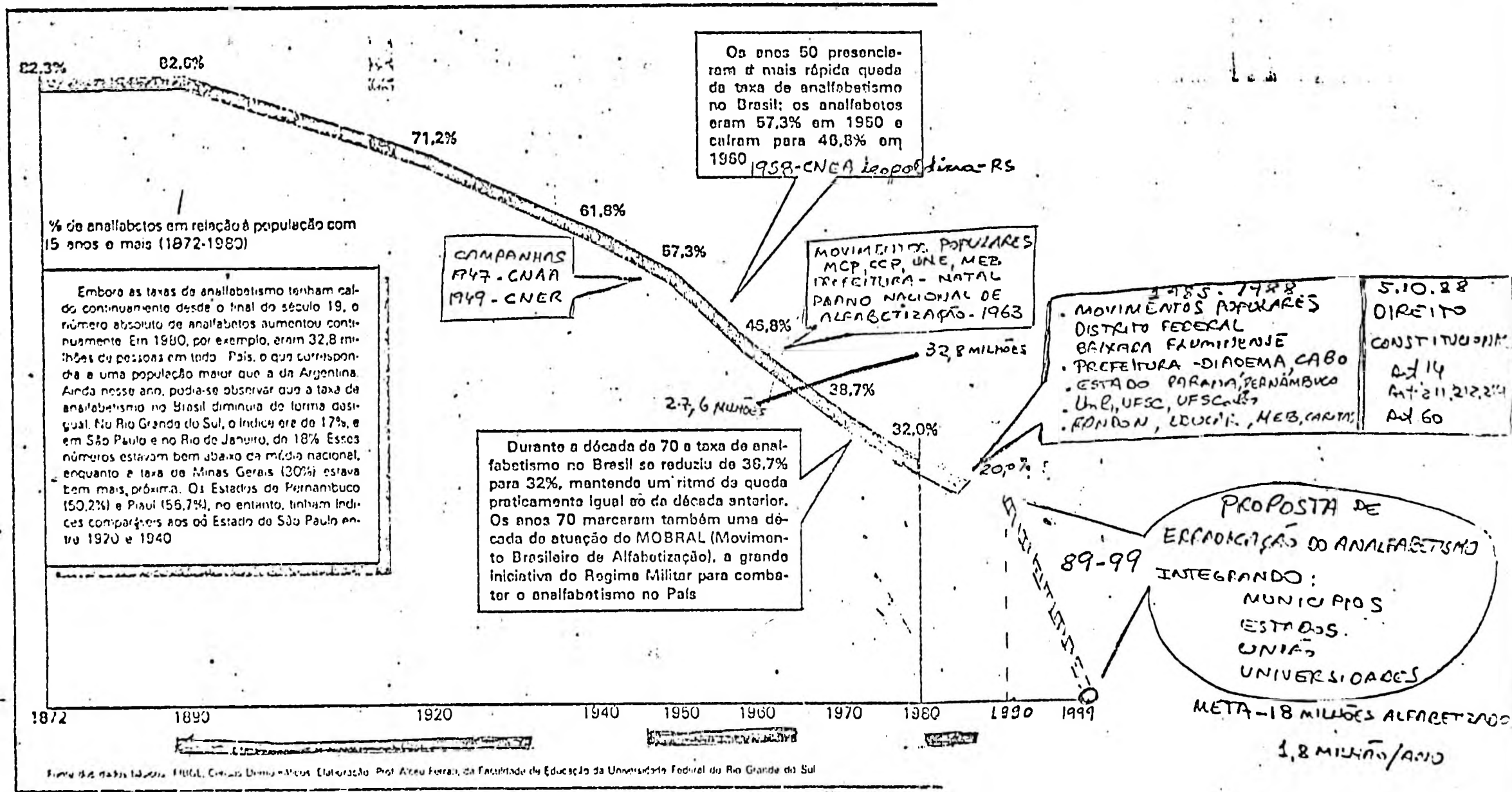
ERRADICAÇÃO DO ANALFABETISMO 1989/99

IDÉIAS CHAVES

1. Alfabetização é direito humano.
2. Alfabetização de jovens e adultos é dívida social e por isto de tempo determinado com estratégia de problema-solução (projeto).
3. Erradicação do analfabetismo em dez anos (1989/99) é direito constitucional público e subjetivo.
4. Erradicação do analfabetismo será resultante de ação conjunta-governo e sociedade civil.
5. Universidade tem compromisso primário em promover a inserção das pessoas na cultura letrada, articulando governo e sociedade civil no prazo constitucional, oferecendo metodologia ágil e adequada.
6. Escola pública de 1º grau é o locus primário de acesso de crianças, jovens e adultos à apropriação dos meios de inserção na cultura letrada (à semelhança de vigilância sanitária no Posto de Saúde - plantão permanente) integrando-a às necessidades da comunidade a que serve.
7. Estudante de 2º grau é o cidadão apto a prestar o serviço cívico de alfabetizador da sua comunidade, enquanto ocupação remunerada, acrescentando-se ao normalista a exigência por formação profissional dirigida também a jovens e adultos (créditos em OSPB e estágio).
8. Estudante de 3º grau é também o cidadão apto a prestar o serviço cívico de alfabetizador, acrescentando-se aos licenciados a exigência por formação profissional.
9. Professores de 1º e 2º grau, uma vez formados nas Escolas Normais e Faculdades de Educação e Departamentos desempenharão as funções de Supervisão na sua área de atuação geográfica.
10. Trabalhadores com formação de 2º grau incompleto poderão ser alfabetizadores na sua categoria (asseio e limpeza, construção civil, auxiliares de administração escolar, e outros), inclusive como programa de "Benefícios" das empresas (incentivos fiscais).
11. Erradicação do analfabetismo de jovens e adultos é desafio imediato à RE-VISÃO da educação básica (Supletivo Fase II, III e IV), exigindo as metodologias próprias da educação à distância.
12. Imprensa sindical, Imprensa de órgãos públicos, Rádios educativas e TV Educativas são meios apropriados à veiculação da avaliação de resultados obtidos no processo de erradicação do analfabetismo.

ANALFABETISMO NO BRASIL - PROBLEMA A CURTO PRAZO DE SOLUÇÕES

HOJE - 1989 - ANALFABETISMO - PROBLEMA PARA ERRADICAR EM DEZ ANOS (1989/99)

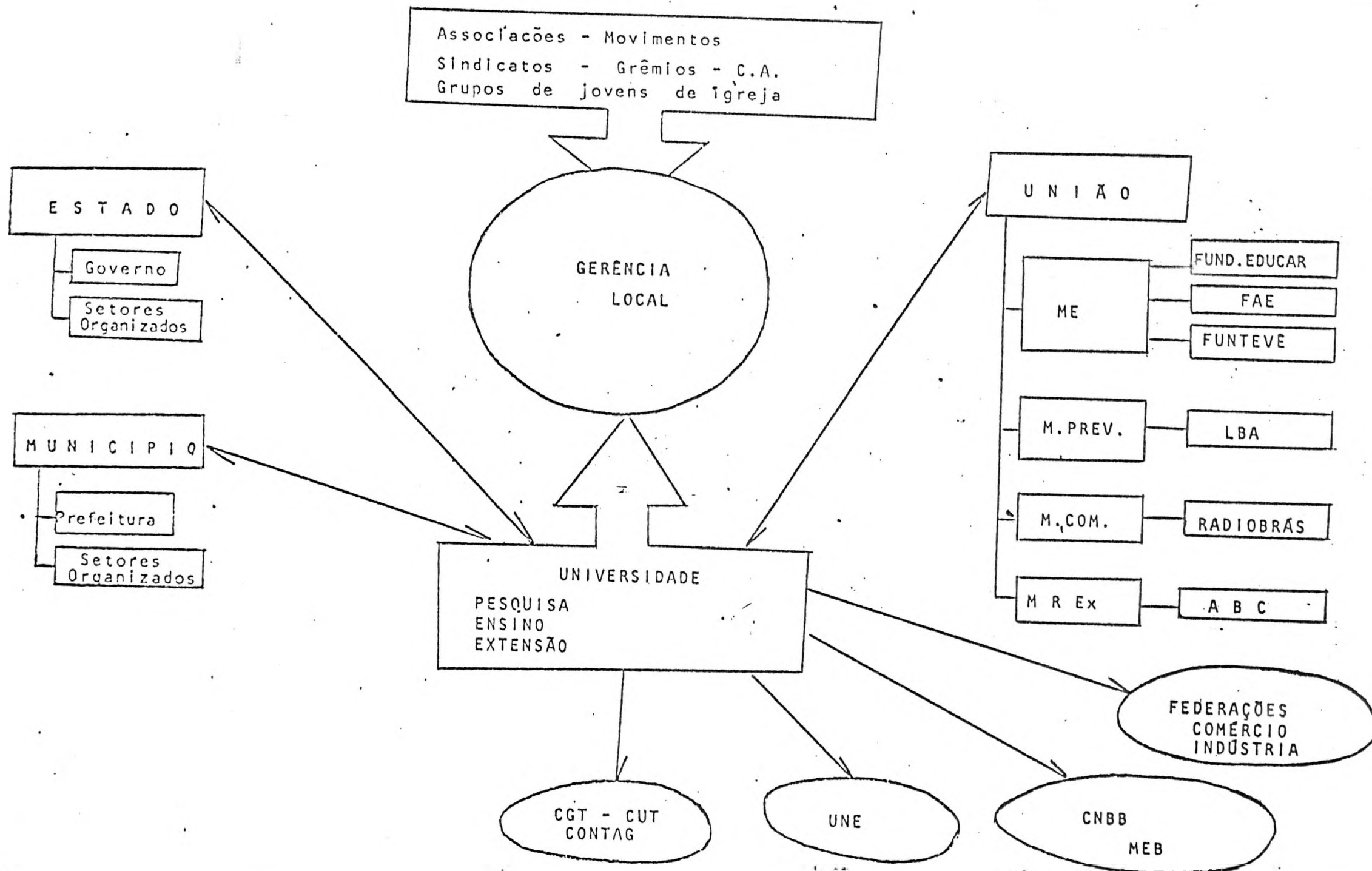


Fonte: IBGE, Censos Demográficos. Elaboração: Prof. Arceu Ferraz, da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Fonte: IBGE, Censos Demográficos. Elaboração: Prof. Arceu Ferraz, da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

ANALFABETO = ELEITOR POTENCIAL

PROPOSTA DE AÇÃO CONJUNTA PARA ERRADICAÇÃO DO ANALFABETISMO 1989/99



Vereador cursará a alfabetização

Belo Horizonte — No município de Florestal, a 68 quilômetros desta capital, um vereador eleito, que teve seus votos anulados por ser analfabeto, abriu um precedente na Justiça Eleitoral de Minas: aos 35 anos, prometeu se alfabetizar no prazo de 90 dias para assegurar seu cargo. Trata-se do comerciante de gado Ailton Xavier Salazar, que depois de ter sido eleito pela coligação PT-PTB teve 70 votos anulados pela junta eleitoral de Pará de Minas, com base no artigo 14 da Constituição, que prevê a inelegibilidade de analfabetos. Agora, Ailton Xavier entrou com recurso contra a decisão no Tribunal Regional Eleitoral (TRE) de Minas, alegando já ter até uma professora particular.

Afirmando que não alimentava esperança de ser eleito, Ailton Xavier disse que conseguiu seu registro como candidato por saber assinar seu nome. Ao ser submetido a um teste pelo juiz de Pará de Minas, que legisla sobre Florestal, Victor Hugo da Fonseca, ele não conseguiu, entretanto, ler os nomes de seu pai e de sua mãe. A junta eleitoral decidiu, assim, por unanimidade, anular seus votos.

CORREIO BRASILIENSE
24/01/89

CIDADE

Satélite tem projeto para analfabetos

Lideranças comunitárias da Ceilândia entregaram ontem ao coordenador da Fundação Educar, Djalma Gomes, quatro projetos de alfabetização de adultos e jovens com mais de 15 anos. Os projetos — elaborados a partir do método Paulo Freire — permitem a alfabetização em quatro meses. O método já vem sendo empregado na Ceilândia desde 1983, com apoio da Universidade de Brasília, Igreja Católica e Escola Normal da cidade.

No ano passado foram alfabetizados 1 mil e 200 adultos. As associações comunitárias esperam que em 13 mais de 10 mil pessoas sejam beneficiadas pelo programa. O coordenador da Educar considerou de "elevado custo" as propostas apresentadas pelas lideranças comunitárias, mas disse que o programa poderá ser viabilizado através de convênios.

Os quatro projetos somados custarão cerca de R\$ 786 mil. Eles foram elaborados pelo Departamento de Extensão da UnB (alfabetização de 6 mil 200 alunos), clube das Mães da Vila Areal (720 alunos), Ação Cristã Pró-Gente (2 mil 500 alunos) e Centro de Cultura e Informação de Ceilândia (910 alunos).

CORREIO BRASILIENSE
28/01/89

NACIONAL

MEC apóia integração do ensino

A redução dos recursos destinados às universidades brasileiras, o novo Plano Nacional de Educação e as demissões que podem ocorrer no setor do ensino, são três assuntos que 35 membros do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras levaram ao ministro da Educação, Carlos Sant'Anna.

Eduardo Coelho, presidente do conselho, prevê problemas nas universidades, devido as dificuldades financeiras que vão ocorrer, principalmente porque o plano econômico reduziu recursos da OCC (outros custos e capital) de 2,5 por cento aprovado no orçamento da União, pelo Congresso Nacional, para 1,5 por cento.

Segundo o Conselho de Reitores, cerca de 10 a 30 por cento dos servidores das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) correm o risco de ser demitidos, se a medida provisória de nº 33 for aprovada no Congresso. As demissões, disse ele, podem prejudicar o funcionamento das universidades, tornando inócuas grande parte de suas atividades de ensino de graduação, pós-graduação, pesquisa, extensão e serviços prestados à comunidade, especialmente no setor de saúde.

O conselho revelou que a rede hospitalar universitária é a segunda maior do País. O presidente do CRUB, Eduardo Coelho avaliou que o ministro Carlos Sant'Anna se sensibilizou com os problemas das universidades e acatou várias sugestões do Conselho de Reitores, inclusive, a que prevê a participação do conselho na elaboração do Plano Nacional de Educação, que estabeleceu as diretrizes para acabar com o analfabetismo no Brasil em dez anos, conforme prazo estipulado pela nova Constituição.

Acabar com a disputa de verbas entre o ensino básico e o ensino superior, foi outra proposta encaminhada ao ministro pelos reitores. Segundo Coelho, por ter tido formação em universidade pública e também ter lecionado durante 25 anos em universidade federal, o ministro Carlos Sant'Anna elogiou a proposta de integração entre o ensino básico, médio e superior.



PROPOSTA DE ERRADICAÇÃO DO ANALFABETISMO

NO DISTRITO FEDERAL INTEGRANDO

. Universidade de Brasília

. Governo do DF

. União

. Setores Organizados do DF

Brasília

fev. 1989

HISTÓRICO

RESULTADOS DO PROJETO DE ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS -
CEILÂNDIA - 1988

PROPOSTA DE AÇÃO CONJUNTA NO DF - 1989/99

UnB - FUNÇÃO ARTICULADORA

PROJETO DE ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS -

UnB - CEILÂNDIA/FUNDAÇÃO EDUCAR - 1989

ANEXOS

HISTÓRICO

Em 1963, dentre as ações de mobilização popular, com decisiva participação de estudantes e trabalhadores organizados, o chamado "método" Paulo Freire demonstrou sua eficácia na alfabetização de adultos. Inicialmente em Pernambuco e Rio Grande do Norte, depois como Plano Nacional promovido pelo MEC, através da Comissão Nacional de Cultura Popular, presidida por Paulo Freire.

No Distrito Federal a Comissão Regional desenvolveu experiências de alfabetização de adultos no Gama, Sobradinho, Candançolândia, Núcleo Bandeirante, Setor de Limpeza Urbana, entre outros onde eram instalados os círculos de cultura com efetiva participação de secundaristas, da UnB e do próprio Paulo Freire.

Com o golpe militar de 64 este esforço de INICIATIVA POPULAR, no Nordeste em 1962, foi interrompido e o Governo da ditadura criou em 1970 o MOBRAL que, além de manter a alfabetização de jovens e adultos, a nível federal, intervindo diretamente nos Municípios e estações, demonstrou sua ineficácia registrando-se o aumento do número de analfabetos neste período.

Em 1985, mantendo-se ainda à nível federal, o MOBRAL muda de nome para Fundação EDUCAR e amplia seus objetivos para Educação de Jovens e Adultos. Também em 1985 é conquistado o direito do analfabeto votar, que contraditoriamente provocou seu abandono como alvo de alfabetização, enquanto eleitor potencial.

Em maio de 1985, quando a nova direção eleita do Complexo "A" de Ceilândia iniciou o processo de participação efetiva da comunidade (líderes de associações locais) na decisão de oferta de serviços educacionais de seu interesse, a alfabetização de adultos foi indicada como necessidade urgente e o "método" Paulo Freire como o mais eficaz.

A utilização de metodologia baseada em Paulo Freire deu-se em função de esta não se restringir a aspectos puramente técnicos de ler e escrever, mas por pressupor uma tomada de posição frente à realidade, característica da educação libertadora, compreendida como aquela capaz de atender aos interesses e necessidades da população trabalhadora.

O levantamento das pessoas analfabetas deu-se através das fichas de matrículas dos alunos da Escola Normal e visitas domiciliares. O levantamento do universo vocabular foi realizado de forma bastante ágil, uma vez que os alfabetizadores eram pessoas da comunidade ou já comprometidas com a sua luta; de 50 palavras foram escolhidas 18 para compor o rol das palavras-chave aplicáveis.

Foi iniciado um Círculo de Cultura (1) em sala da própria Escola Normal e criado o Núcleo Paulo Freire de Alfabetização de Adultos. Respeitando o tempo possível para uma educação de adultos trabalhadores, esses Círculos funcionaram em dias alternados, à noite, duas horas por sessão, de modo que ao final de 36 horas, a turma já se encontrava em condições de ler e escrever o mundo.

Como a experiência se desenvolvia em escola do sistema público, vários contatos foram efetivados pela direção do Complexo, objetivando envolver as autoridades e institucionalizar o trabalho. Desta forma, o projeto iniciado por alunos da Escola Normal de Ceilândia influenciou efetivamente a inclusão na Proposta Curricular da FEDF, aprovada para implantação a partir de 1986, de apoio à experiência de Ceilândia e expansão para o Paranoá e Núcleo Rural de Vargem Bonita. Durante o período de fevereiro a junho de 1986, a Direção do Supletivo da FEDF iniciou o processo de assimilação da experiência no Complexo "A" de Ceilândia, não levado a efeito.

A tentativa de institucionalização da experiência esbarrou em dificuldades que não permitiram que ela se efetivasse. Na verdade estava em jogo uma nova forma de educar que exigia habilidades e competências nem sempre presentes no ensino tradicional. Apesar disso, o trabalho continuou a ser desenvolvido em Ceilândia, chegando a ser executada a pós-alfabetização, compreendendo fases de aprofundamento de leitura e numerização e, posteriormente, estudos do programa de Fase II do Supletivo (2). Foi produzido pelo Complexo "A" de Ceilândia e NUTEL um vídeo teipe (3) com o apoio da Fundação Nacional Pró-memória-MINC, que, desde então tem sido utilizado para discussões na comunidade, sensibilização para a necessidade da alfabetização de adultos e capacitação de coordenadores.

Em agosto de 1986, a coerência político-pedagógica da Direção do Complexo "A" de Ceilândia no posicionamento sobre o "Projeto Irmãozinho" (4) levou a Secretaria de Educação e a direção executiva da FEDF a demitir o diretor eleito e vários diretores de escolas vinculadas àquele Complexo. Dessa forma, o vínculo de apoio institucional que o Núcleo Paulo Freire possuía perdeu-se, fazendo com que os jovens engajados no projeto, por força do compromisso com a comunidade, procurassem os grupos organizados em busca do apoio necessário, inclusive em termos de espaço físico. A partir desta época, o Núcleo passou a se instalar provisoriamente na Igreja da Glória (BOM 3/5), de modo que o trabalho de alfabetização vinculou-se diretamente aos movimentos populares ligados à Igreja local, às associações, grupos de jovens, demonstrando, mais uma vez, o compromisso da INICIATIVA POPULAR com a educação do povo.

1 - sessão na qual se desencadeia o processo de alfabetização

2 - a fase II do supletivo equivale aos conteúdos das quatro primeiras séries 19

3 - grau
"Educar é Descobrir", direção Laura Maria Coutinho, VT, 23 min, cor
200 gramas mensais de ração alimentar

Ao instalar-se em Ceilândia, a Universidade de Brasília identificou o trabalho de alfabetização de adultos como uma das experiências que poderia receber seu apoio material e técnico. A partir de então, o Núcleo Paulo Freire pôde dispor de espaço físico e o trabalho de alfabetização, com apoio do Projeto RONDON, desenvolveu-se em ritmo intenso.

Em 1988 celebrou-se um convênio entre a Fundação EDUCAR e a Fundação Universidade de Brasília, cuja liberação de recursos permitiu a remuneração de coordenadores e supervisores, na condição de bolsistas.

Em setembro (15 e 16) a UnB - Decanato de Extensão com apoio da Fundação EDUCAR e Fundação RONDON promoveu o Seminário - Experiências de Educação de Adultos cuja programação contribuiu para o intercâmbio de Experiências em desenvolvimento no Distrito Federal (Paranoá, Ceilândia), Goiás (Novo Gama) e Rio de Janeiro (Baixada Fluminense).

Neste Seminário tomou-se conhecimento ^{de} que em 1986, por INICIA-TIVA POPULAR, as Associações de moradores e grupos organizados da Baixada Fluminense (municípios de Caxias do Sul, Nova Iguaçu e São João de Meriti) obtiveram o apoio da Igreja e da Fundação EDUCAR e com autogestão desenvolveram o Projeto de Educação Básica para jovens e adultos, começando pela alfabetização. Neste projeto os educadores mantêm vínculo empregatício nas associações e entidades de Igreja e em 1988 as remunerações correspondiam a Monitor - 2 PNS, Supervisor/Assistente Administrativo - 4,5 PNS, Coordenador de Área (responsável local) - 5 PNS. Em 1988, este projeto motivou o Prêmio dado pela UNESCO ao Ministério da Educação do Brasil.

RESULTADOS DO PROJETO DE ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - CEILÂNDIA - 1988

No ano de 1988 participaram ativamente do Projeto de Alfabetização de jovens e adultos, 120 jovens moradores de Ceilândia entre estudantes e trabalhadores.

O quadro a seguir mostra os resultados do trabalho a partir de 5/abril, data do convênio UnB/Fundação EDUCAR com apoio do Projeto RONDON, desde janeiro, abrangendo Ceilândia e Taguatinga (ver mapa).

DADOS QUANTITATIVOS

MESES	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
N. de círculos de cultura	8	17	15	44	51	45	101	114	111
N. de alunos ingressos no mês	120	135	-	660	105	-	1010	91	-
N. de alunos evadidos no mês	31	36	22	176	127	42	303	313	164
N. de alunos no final do mês	88	187	165	484	357	315	707	798	634

TOTAL DE ALFABETIZADOS	:	1.182 (jan-dez/88)
janeiro - abril	:	83
abril - julho	:	150
julho - setembro	:	315
setembro - dezembro	:	634 (*)

Percorrendo as sucessivas avaliações ao longo da execução deste Projeto é possível identificar um momento crítico de reflexão conjunta sobre a sua continuidade, quando, em novembro a Fundação EDUCAR atrasou o pagamento de Coordenadores e Supervisores por mais de 30 dias. "Teste de compromisso", assim entenderam os jovens (a maioria menores de 18 anos), que a partir do fato fortaleceram seus laços com a comunidade organizada que os apoiou e aprofundaram a compreensão da dimensão político-pedagógica da alfabetização de jovens e adultos.

Em consequência do trabalho desenvolvido há 3 anos pela UnB em Ceilândia alguns resultados destacou-se como:

- comprovação, através de avaliação sistemática, da efetividade da metodologia adotada na aplicação do princípio da aprendizagem pela descoberta conjugado ao compromisso político do Coordenador do Círculo de Cultura com a própria comunidade;
- expansão geográfica da área de abrangência por solicitação de organizações comunitárias, em função da credibilidade obtida na aplicação da referida metodologia;
- oportunidade concreta de participação de jovens estudantes moradores da Ceilândia num esforço educativo da própria comunidade com possibilidade de remuneração (bolsa), conjungendo, portanto, a formação destes jovens com a contribuição necessária à renda familiar;
- crescimento progressivo de organizações comunitárias interessadas e integradas na execução do Projeto, através da participação de associados e cessão de instalações para funcionamento dos Círculos de Cultura, resultando na proposta de Projetos diretamente à Fundação EDUCAR para execução em 1989, contando com a supervisão pedagógica da UnB e expressivo apoio de entidades sindicais do Distrito Federal.
- intercâmbio com outras experiências de Alfabetização apoiadas pela Fundação EDUCAR, permitindo estabelecer contribuições mútuas.

(*) Em função das dificuldades de recrutamento de alfabetizandos e locais para funcionamento dos Círculos de Cultura, assim como falta de passes e material didático (cartazes), o atraso de início dos

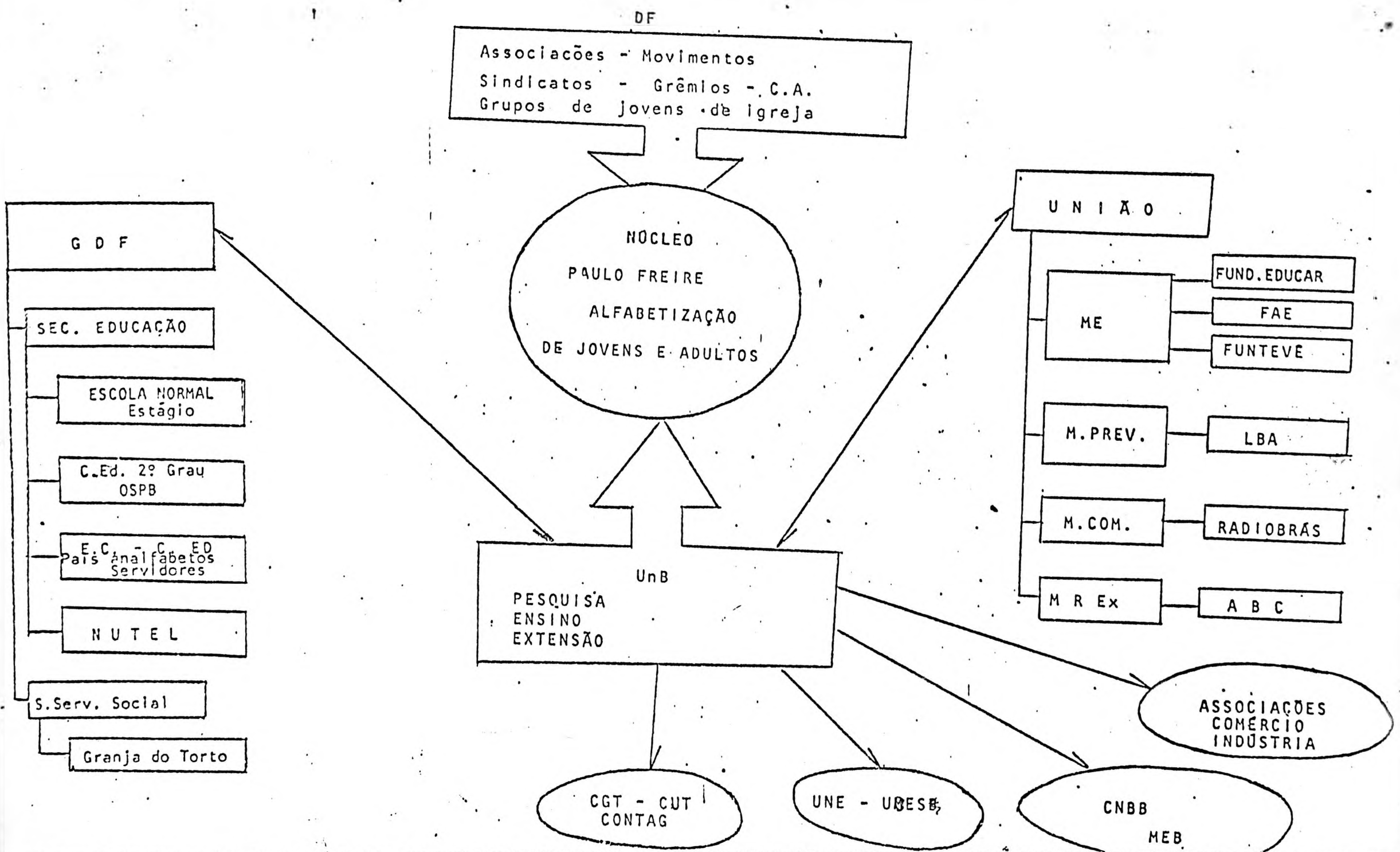
Tais resultados no seu conjunto validaram as estratégias de ação político-administrativo-pedagógica conduzindo à formulação da Proposta de ERRADICAÇÃO do analfabetismo em dez anos (1989/99), em cumprimento à Carta Constitucional de 5/10/88.

PROPOSTA DE AÇÃO CONJUNTA NO DF - 1989/99

UnB - função articuladora da AÇÃO CONJUNTA

- . desenvolver gestões junto à Fundação, EDUCAR, FAE, LBA, RADIOBRÁS, FUNTEVE, organismos internacionais para obtenção de: recursos financeiros para despesas de pessoal, equipamentos (VT), material permanente (dicionário, publicações específicas), material de consumo (óculos, cartolina, caderno, lápis, borracha, material de escritório, fitas de VT), serviços (serigrafia, gráficos, produção audiovisual, divulgação, passes);
- . desenvolver gestões junto ao GDF-SE para engajar Escolas Normais (Professores e alunos futuros professores do Supletivo Fase I e II), Centros Educacionais de 2º grau (Professores de OSPB, alunos - serviço cívico), Escolas classe (atualização do Censo através matrículas de alunos de pais analfabetos e servidores com a instituição do "Posto" plantão de alfabetização), NUTEL - Núcleo de Teleeducação (produção de cartazes e VT);
- . desenvolver estudos que subsidiem o processo de erradicação do analfabetismo no campo do direito (civil, trabalhista, fiscal, tributário), educação/comunicação (presencial e à distância), letras (língua portuguesa), ciência política/administração/serviço social (políticas públicas), biblioteconomia/informática (disseminação da informação);
- . apoiar e fortalecer os movimentos e associações populares e sindicatos;
- . consolidar o Núcleo Paulo Freire de Ceilândia como pólo irradiador da comunidade apoiado pela UnB (Ceilândia).

PROPOSTA DE AÇÃO CONJUNTA PARA ERRADICAÇÃO DO ANALFABETISMO 1989/99



PROJETO DE ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - UnB - CEILÂNDIA
META 1989

Recursos humanos	Quadrimestres			
	Jan-Dez	Maio-Dez	Set-Dez	Total
Supervisor	14	42 (28)	112 (70)	112
Coordenador	84	168	504	756+1512
Observador	168	504	1572	-
Alfabetizações	840	2520	7560	10.920

POR PROJETO

U n B	SUP	9	20	43	72
	COORD	84 (54)	168 (152)	504 (485)	756+970
	OBS	108	304	970	-
	ALFAB	540	1600	4850	6990
P R O J E T O	SUP	3	9 (6)	24 (15)	24
	COORD	21	42	105	378+210
	OBS	42	84	210	-
	ALFAB	210	420	1050	1680
C C I	SUP	1	3 (2)	9 (6)	9
	COORD	7	21	63 (42)	91+126
	OBS	14	42	126	-
	ALFAB	105	315	945	1365
A R E A L	SUP	1	-	7 (6)	7
	COORD	2	6	40 (32)	40+80
	OBS	6	16	80	-
	ALFAB	36	144	720	900

1989

PROJETOS ENCAMINHADOS À FUNDAÇÃO EDUCAR - DF em 23.01.89

Especificação	Total (Cz\$ ⁽¹⁾	UnB Cz\$	Pró-Gente ⁽²⁾ Cz\$	CCI ⁽³⁾ Cz\$	Clube ⁽⁴⁾ MPES Cz\$
Remuneração de Pessoal	172.345.744,00	106.227.910,00	44.984.544,55	12.554.207,00	8.579.063,00
Encargos Sociais	45.279.438,00	30.062.499,00	9.922.544,55	3.552.841,00	1.741.554,00
Bolsas	353.152.800,00	353.152.800,00	-	-	-
Seguros	2.620.800,00	2.620.800,00	-	-	-
Material de consumo	35.577.360,00	35.577.360,00	-	-	-
Serviços Administrativos	3.570.610,00	-	2.249.226,00	805.352,00	516.032,00
T O T A L	612.546.757,00	527.614.377,00	57.156.311,00	16.912.400,00	10.836.669,00

Mês de referência: dez/88 PNS: Cz\$ 40.425,00

(1) Falta incluir contrapartida da UnB (professores, instalações), rede física FEDF

Supervisor (40 hs/semanais) - vínculo empregatício por 12,8 e 4 meses - Remuneração 5 PNS

Coordenador (20 hs/semanais) - estudante bolsista por 12,8 e 4 meses - valor da bolsa 2 PNS + seguro

Coordenador de Apoio (40 hs/semanais) - vínculo empregatício por 12 meses - Remuneração 4 PNS

Auxiliar administrativo (40 hs/semanais) - vínculo empregatício por 12 meses - Remuneração 2 PNS

(2) Ação cristã Pró-gente

(3) Centro de Cultura e Informação de Pastoral da Paróquia da Ressurreição

(4) Clube de mães da Vila do Areal

ÍNDICE ANALFABETISMO POR UNIDADE FEDERATIVA

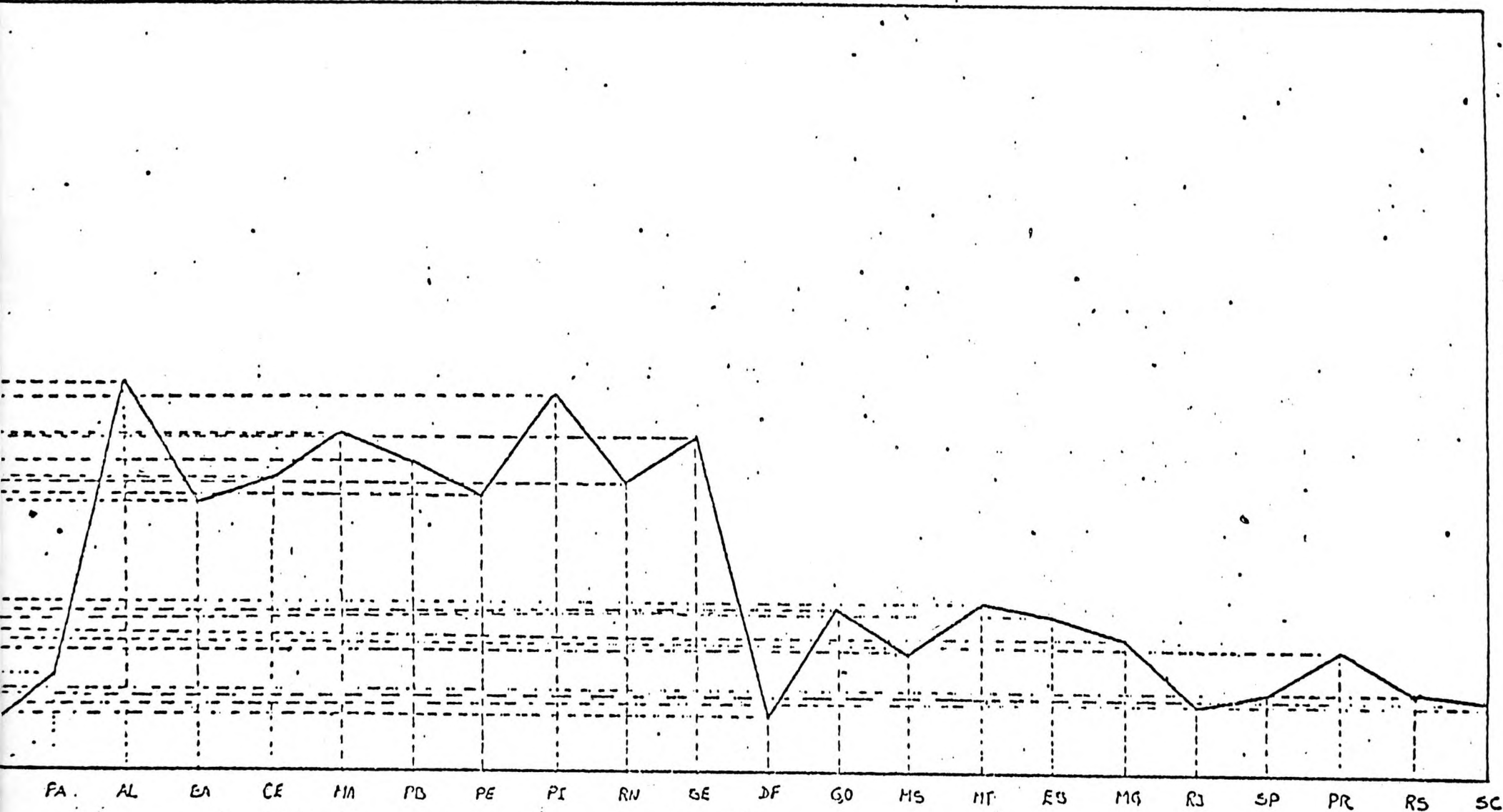
FONTE: ANUÁRIO ESTATÍSTICO IBGE - 1986

UF	POPULAÇÃO RESIDENTE NA FAIXA ETÁRIA 15 ANOS E MAIS	PESSOAS NÃO ALFA- BETIZADAS - 15 ANOS E MAIS	% ANALFABETOS
AC*	1.613.476	71.714	4,4
AM*	1.339.135	165.436	12,4
BR*	2.952.611	237.450	8,4
AL	1.279.113	631.329	49,4
BA	6.360.676	2.171.300	34,1
CE	3.558.616	1.361.519	38,2
MA	2.614.696	1.144.392	43,8
PB	1.841.595	735.704	39,9
PE	4.143.170	1.464.163	35,3
PI	1.348.548	652.652	48,4
RN	1.300.948	494.553	38,0
SE	771.512	337.052	43,4
NE*	23.248.874	8.992.728	38,7
DF	1.048.750	97.034	9,2
GO	2.815.430	578.024	20,5
MS	1.023.084	161.537	15,8
MT	895.591	196.498	21,9
ENTRE- LESTE	5.782.855	1.033.898	17,9
ES	1.453.442	277.067	19,1
MG	9.651.915	1.764.007	18,3
RJ	9.123.000	877.894	9,6
SP	20.655.438	2.200.021	10,6
ODESTE	40.883.845	5.119.189	12,5
PR	5.375.695	971.218	18,1
RS	5.961.405	632.744	10,6
SC	2.685.996	283.489	10,5
SUL	14.023.096	1.884.451	13,4
BRASIL	* 86.891.281	17.269.916	19,9

OBS. 1) O IBGE NÃO DISPÕE DE DADOS (15 ANOS E MAIS) DOS ESTADOS DO ACRE, RORAIMA E TERRITÓRIOS AMAPÁ E RORAIMA.
2) TOTAL BRASIL PARCIAL, TENDO EM VISTA A OBSERVAÇÃO Nº 1.

ÍNDICE DE ANALFABETISMO

FONTE: ANUÁRIO IBGE 1986



5. NÃO CONTEMPLADOS AC-AP-RD-RR, POIS IBGE NÃO TEM A POPULAÇÃO E NO ANAL-
FABETOS NA FAIXA ETÁRIA DE 15 ANOS E MAIS.

5.1.5 - Ensino de 2º Grau

5.1.5.2 - Corpo Docente

5.1.5.2.1 - Número de Professores Existentes, Segundo a Dependência Administrativa - 1981/85

ANOS	TOTAL	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	
		Rede Oficial	Rede Particular
1981.....	2 231	1 942	289
1982.....	2 230	1 943	287
1983.....	2 632	1 799	833
1984.....	2 858	1 876	982
1985.....	2 764	1 892	892

Fonte: Anuários Estatísticos do Brasil - IBGE - SEEC/MEC.

5.1.6 - Alfabetização Funcional

5.1.6.1 - movimento Brasileiro de Alfabetização

5.1.6.1.1 - Alunos Conveniados, Evadidos, Matrícula Efetiva, Alfabetizados, Número de Desistências e Não Alfab

ESPECIFICAÇÃO	1980	1981	1982	1983	1984
Conveniados.....	8 556	5 799	5 665	3 305	2 911
Perda e Mobilização.....	170	793	-	-	1 102
Matrícula Efetiva.....	8 626	4 997	6 116	4 275	4 013
Alfabetizados.....	3,599	2 065	2 573	1 733	1 622
Evadidos.....	2 605	1 625	823	977	339
Não Alfabetizados.....	2 752	2 097	2 269	1 569	950

Fonte: IBGE.

IBGE/COEPHAN, ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO DISTRITO FEDERAL, 1985

UnB e Educar vão alfabetizar 5 mil

Até o final do ano, cerca de cinco mil jovens e adultos deverão estar alfabetizados graças à assinatura de convênio entre a UnB e a Fundação Educar (ex-Mobral). O documento foi assinado ontem, no prédio da administração da universidade, pelo reitor Cristóvam Buarque e pela presidente da Fundação, Leda Tajra. O convênio estabelece o repasse, pela Fundação, de Cz\$ 4 milhões 453 mil à UnB, para a execução de um programa de alfabetização com base no método do educador Paulo Freire.

O convênio prevê também a formação de 330 professores ou coordenadores de "círculos de cultura". O programa vem sendo executado há dois anos e os professores são jovens da própria comunidade, formados em magistério, a nível de 2º grau, pela Escola Normal da Ceilândia. "A UnB está dando uma lição a todo o Brasil, ao realizar com competência um programa de alfabetização", destacou Leda Tajra.

ENTIDADES

Segundo dados de 1986, fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), aproximadamente 10 por cento da população do Distrito Federal são analfabetos. O programa de alfabetização da Ceilândia surgiu em 1986. Um grupo de alunos da Escola Normal, sob coordenação de estudantes de mestrado da Faculdade de Educação da UnB, começou voluntariamente o programa, promovendo também a formação de alfabetizadores pelo método Paulo Freire.

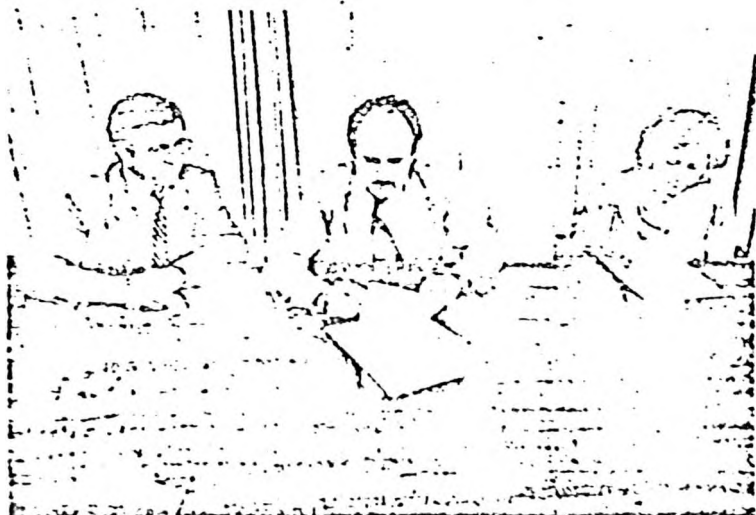
A universidade passou a apoiar o projeto no ano passado, quando representantes de enti-

dades comunitárias locais se comprometeram a organizar turmas de analfabetos. Com o apoio da comunidade, o trabalho foi ampliado, sendo necessário o suporte financeiro da Fundação Educar para assegurar a continuidade. O programa de alfabetização será dividido em quatro ciclos, cada um com duração de três meses.

O primeiro ciclo foi iniciado em janeiro passado. Em cada período são treinados novos alfabetizadores, que formam outras turmas, num processo de multiplicação e ampliação do ensino. No total, serão formadas 330 turmas com média de 15 alunos cada. No primeiro ciclo estão sendo formadas 12 turmas; no segundo, 24; no terceiro, 74; e no quarto, 220. Todo o programa será supervisionado por estudantes de mestrado da Faculdade de Educação da UnB.

As aulas serão principalmente no período noturno, em igrejas, salões comunitários e sedes de associações. Durante a solenidade de assinatura do convênio, o reitor Cristóvam Buarque afirmou que é fundamental a participação da universidade no processo de alfabetização. Ele manifestou desejo de que programas semelhantes ao desenvolvimento pela UnB sejam criados em todo o País.

"Para resolver o problema da alfabetização, falta só vontade política, inclusive da comunidade e da universidade", disse. Leda Tajra lembrou que em todo o Brasil existem atualmente cerca de 30 milhões de analfabetos. Segundo ela, "é importante que a exemplo do que ocorreu em Cuba, toda a população brasileira se comprometa e se empenhe em livrar o País do analfabetismo".

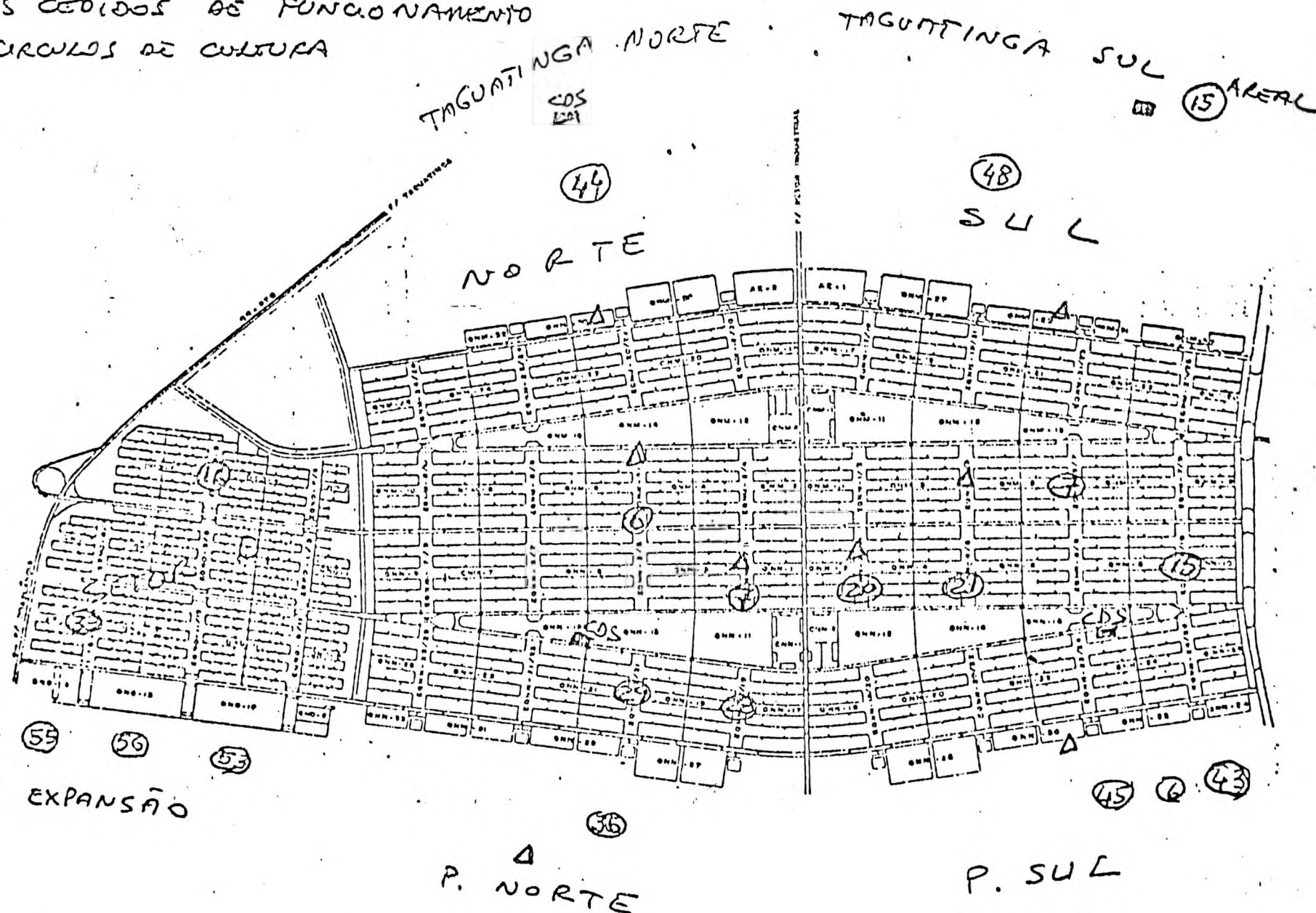


Gomes, Cristóvam e Tajra: convênio para 5 mil

CORRIGIR - há 3 anos 1985 →

CORRIGIR - SURTIU 1985 (maio) →

LOCAIS CEDIDOS DE FUNCIONAMENTO
DOS CÍRCULOS DE CULTURA



- 24 ○ ESCOLAS, C.E. - FEOP
8 △ IGREJAS
5 ■ CDS, ASSOCIAÇÕES
1988 - 4º TRIMESTRE

MANIFESTO

Os representantes do movimento popular, movimento sindical e movimento estudantil, vêm manifestar junto à Fundação EDUCAR sua posição unitária em torno da erradicação do analfabetismo, prevista no artigo 60 das disposições transitórias da atual Constituição, que estabelece a solução desta problemática no período de 10 anos; posição esta que é a seguinte: a viabilidade da aplicação do método Paulo Freire hoje! Chegando a essa conclusão, fazendo uma análise histórica, que passa pelo reconhecimento dos resultados concretos, não somente local, como nacional e até mesmo internacionalmente.

A utilização da metodologia baseada em Paulo Freire deu-se em função de esta não se restringir a aspectos puramente técnicos de ler, escrever e contar, mas por pressupor uma tomada de posição frente à realidade característica da educação libertadora, compreendida como aquela capaz de atender aos interesses e necessidades da população trabalhadora.

Em 1963, com a participação de estudantes e trabalhadores organizados, o chamado MÉTODO PAULO FREIRE demonstrou sua eficácia na alfabetização de adultos. Inicialmente em Pernambuco, Rio Grande do Norte, depois expandiu-se por outras regiões. Desde 1985, em algumas áreas do Distrito Federal ele vem sendo aplicado, inicialmente em Ceilândia, ampliando-se para outras áreas, como: Taguatinga (Areal) e Gama, com excelentes resultados. Prova disso, que em 1988 só em Ceilândia foram alfabetizadas 1182 pessoas.

Na década de 80, também por iniciativa popular, as associações de moradores e grupos organizados da baixada fluminense (Municípios de Nova Iguaçu, Duque de Caxias e São João do Meriti), obtiveram o apoio da Igreja e Fundação EDUCAR e com auto-gestão desenvolveram o Projeto de Educação Básica para Jovens e Adultos, começando pela alfabetização. Este trabalho foi considerado o melhor da América Latina, recebendo inclusive o Prêmio NADJA KRUPSKAIA, da UNESCO. Não podemos esquecer que a institucionalização do método, através do Decreto 21, de janeiro de 1964, foi constatado pelo Ministro da Educação e Cultura da época (Paulo de Tarso), a eficiência e dinâmica da alfabetização.

Entendemos também que a concepção tradicional da educação já está obsoleta, não atende nem atende aos anseios da nossa comunidade. Neste sentido, exigimos o cumprimento da Constituição e que o Estado assumo o seu papel perante a educação, destinando VERBAS para quem tem o compromisso real de transformar este triste quadro (aproximadamente 33 milhões de analfabetos), que desmoraliza o país.

Temos absoluta certeza que a Fundação EDUCAR, diante do exposto, em nenhum momento ^{será} exitará em atender os projetos de alfabetização para jovens e adultos que foram encaminhados à mesma. Liberando o mais rapidamente possível a verba necessária para o desenvolvimento dos trabalhos de educação comunitária.

BRASIL - COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Embora na América Latina, a erradicação do analfabetismo aproxima o Brasil dos países de África de língua portuguesa .

O analfabetismo no Brasil

A grande iniciativa do Regime Militar para acabar com o analfabetismo foi o **MOBRAL**, criado em 1970. No entanto, embora a taxa de analfabetismo tenha diminuído em 1980, o número absoluto de analfabetos continuava muito alto e em crescimento - quase 33 milhões de pessoas. Comparando a situação brasileira com a de outros países latino-americanos, o País detinha o sétimo maior índice de analfabetismo. México, Uruguai, Paraguai, Argentina e Cuba, entre outros, apresentavam índices menores que o do Brasil

Adultos analfabetos, dos sexos masculino e feminino, em % (1980)			
País	% Analfabetos	País	% Analfabetos
1º Haiti	66/76	11º Colômbia	14/16
2º Guatemala	41/56	12º Panamá	13/14
3º Honduras	36/38	13º Paraguai	10/17
4º El Salvador	30/37	14º Cuba	9/9
5º Bolívia	21/42	15º Jamaica	10/7
6º R. Dominicana	25/27	16º Costa Rica	8/8
7º Brasil	24/27	17º Chile	6/9
8º México	19/25	18º Argentina	5/6
9º Equador	18/24	19º Uruguai	5/5
10º Venezuela	16/22	20º Trindade e Tobago	3/6

Fonte: Situação Mundial da Infância - 1985 (Parte II) - Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF

FONTE: retrato do Brasil, n. 31, 1984.

SITUAÇÃO DOS PAÍSES DE ÁFRICA DE LÍNGUA PORTUGUESA

PAÍS	ANO	% ANA/ALFABETOS
ANGOLA	1980	97,0
CABO VERDE	1970	63,1
GUINÉ BISSAU	1980	81,1
MOÇAMBIQUE	1980	73,5
SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE	1981	42,6

FONTE: Guia do terceiro mundo, fev. 1985.

Embora as informações não sejam atualizadas as taxas de analfabetismo demonstram a existência do problema.

A UNESCO promoveu, a partir de 1982, um amplo Programa - **ALFABETIZAÇÃO Ano 2000**, em África, utilizando a estratégia atual, ou seja, Alfabetização de Adultos concomitante à Expansão da Educação Básica para crianças, em fase atual de revisão diante dos resultados obtidos.

A UnB teve importante influência, através do Centro de Estudos Portugueses (Prof. Agostinho da Silva), na formulação da política externa de Jânio Quadros, aproximando-se dos países de África. A partir de 1985 foi constituída no MEC, a Comissão sobre Língua Portuguesa com participação dos países de África e Portugal, retomando-se a aproximação. A Agência Brasileira de Cooperação Técnica (ABC) com países de África, instalada no Itamaraty, e as iniciativas mais recentes na UnB indicam a oportunidade de maior aproximação e cooperação na área

FONTES CONSULTADAS

BRASIL CONSTITUIÇÃO (1988). Brasília, Senado Federal. Centro Gráfico, 1988.

BRASILIA. Seminário Paulo Freire e a Educação Brasileira. (SESC abril) Frente Cultural de Brasília, 1982.

CUSTO direto de funcionamento das escolas da rede oficial do Distrito Federal - 1985. Brasília. Secretaria da Educação, Departamento de Planejamento Educacional, 1986.

GUIA DO TERCEIRO MUNDO. Rio de Janeiro, Ed. Terceiro Mundo Ltda, 1985.

INDICADORES SOCIAIS NA ÁREA DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL. Brasília, CODEPLAN, 1986.

IPEA-IPLAN. Acompanhamento de Políticas Públicas nº. 4. EDUCAÇÃO E CULTURA - 1987: Situações e Políticas Governamentais. Coordenadoria de Educação e Cultura.

RETRATO DO BRASIL, nº 31, 1984.

MEC-SESG. Ensino Supletivo - 2º grau. Diretrizes. Brasília, 1988.

MEC-SESG. Plano de Ação 87/91. Brasília, 1987.

SILVA, Thereza R. N. O que foi feito e o que ainda é necessário fazer para alfabetizar a população brasileira. In: Seminário Regional sobre Alternativas de Alfabetização para América Latina e o Caribe. UNESCO-OREALC/MEC. Brasília, maio, 1987.

UNESCO-OREALC/MEC. Relatório. Seminário Regional sobre Alternativas de Alfabetização para América Latina e o Caribe. Brasília, maio, 1987.

WILLADINO, Gildo. 1933. Atlas da educação no Brasil/Gildo WILLADINO. Rio de Janeiro, FAE, 1985.

ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
1988 - DIREITO CONSTITUCIONAL

NOVA CONSTITUIÇÃO/1988

Durante o período 86-88, as pressões políticas de movimentos populares sobre a Assembleia Constituinte conseguiram algumas conquistas na NOVA CARTA CONSTITUCIONAL, tais como (ver anexo):

- o voto do analfabeto inelegível é facultativo;
- o ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os jovens e adultos é direito público subjetivo;
- erradicação do analfabetismo em dez anos (1993) com aplicação de 50% dos recursos financeiros da manutenção e desenvolvimento do ensino.

O VOTO DO ANALFABETO

Tudo parece indicar que o modelo de democracia capitalista em implantação no Brasil tem no voto não obrigatório ou facultativo o seu alvo principal, e por isto sob o aparente direito de voto o que se aprovou na nova Constituição foi o direito de voto facultativo para os jovens de 16 a menos de 18 anos e para os analfabetos (art. 14, § 1º, II ac). Utilizando-se eficazmente dos meios de comunicação de massa de iniciativa privada, desativando na prática as emissoras de rádio e TV Educativas públicas, assiste-se uma acirrada campanha de desmoralização generalizada dos parlamentares eleitos (vereadores, deputados e senadores) e executivos eleitos (governadores, prefeitos) com a nítida intenção de estimular a descrença do papel de eleitor.

Como aprendizes da democracia, depois de 22 anos de silêncio e medo, os eleitores confundem-se e podem chegar a abdicar do próprio direito de voto, ficando fácil legitimar o voto facultativo PARA TODOS.

O direito de voto "facultativo" para jovens de 16 a menos de 18 anos e para os analfabetos é uma conquista incompleta na construção democrática.

A INELEGIBILIDADE DO ANALFABETO

O caso do vereador Ailton Xavier Salazar, 35 anos, eleito no município de Florestal a 68 Km de Belo Horizonte-MG, cujos votos foram anulados por se tratar de "analfabeto que sabe assinar o nome", abriu precedente quando entrou com recurso contra a decisão do TIE de Minas, alegando já ter uma professora "particular" que o alfabetizaria em 90 dias.

Este caso ilustra a existência do político elegível analfabeto (elegeu-se com 70 votos) desafiando a limitação da atual Constituição e a urgência da alfabetização de adultos (que sabem assinar o nome).

JOVENS E ADULTOS - DIREITO PÚBLICO E SUBJETIVO AO ENSINO FUNDAMENTAL OBRIGATÓRIO E GRATUITO E A ERRADICAÇÃO DO ANALFABETISMO EM DEZ ANOS (1989/99)

O ensino fundamental obrigatório e gratuito como direito público e subjetivo, assim como o prazo de erradicação do analfabetismo em dez anos são conquistas que obrigam os sistemas educacionais a também orientarem-se para serviços dirigidos a jovens e adultos, por um determinado período de tempo, no qual deverá fortalecer-se a Educação Básica para crianças, de modo a eliminar a produção de analfabetos pelo próprio sistema educacional.

Estudos mais recentes (1) revelam a necessidade de caracterizar o estado educativo da população em função do desenvolvimento social. No caso brasileiro atual, três grupos de indicadores são utilizados, ou sejam: os de analfabetismo, os de extensão da frequência escolar e os de níveis completados de escolaridade. Analisando as exigências de domínio do simbólico cultural, gerado pelo desenvolvimento urbano, industrial e tecnológico, observa-se que as dificuldades de integração social ocorrem de formas semelhantes para os 17.323.000 de analfabetos com 15 anos ou mais, assim como para 43.154.000 pessoas de 10 anos ou mais, com um a quatro anos de estudo (PNAD.1986). Este é o contingente de jovens e adultos, que no conceito amplo de "analfabetismo cultural" (expressão já utilizada nos países desenvolvidos), estaria sendo alvo de aplicação dos dispositivos constitucionais, superando, portanto, o conceito restrito de analfabeto formal e funcional, e com isto ampliando para cerca de 50% da população brasileira.

Com esta compreensão do problema da educação básica de jovens e adultos impõe-se a RE-VISÃO do processo de escolarização num ambiente cultural de tecnologia avançada que, efetivamente, integre o cidadão trabalhador urbano e rural, jovens e adultos, no desenvolvimento social do país.

(1) IBRA - EDUCAÇÃO E CULTURA - 1987. Situações e Políticas de Educação e Cultura. Brasília, 1987.

TEXTO CONSTITUCIONAL 5/10/88

ANALFABETO - O voto é facultativo (Art. 14 § 1º II a)

- é inelegível (Art. 14 § 4º)

EDUCAÇÃO - Cap. III

Art. 208 - O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria.

§ 1º - o acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

Art. 211 - A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

§ 1º - A união organizará e financiará o sistema federal de ensino e dos Territórios, e prestará assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o desenvolvimento de seus sistemas de ensino e o atendimento prioritário à escolaridade obrigatória.

Art. 212 - A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Art. 214 - A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do Poder Público que conduzam à:

I - erradicação do analfabetismo;

Ato das disposições constitucionais transitórias.

Art. 60 - Nos dez primeiros anos de promulgação da Constituição, o Poder Público desenvolverá esforços, com a mobilização de todos os setores organizados da sociedade e com a aplicação de, pelo menos, cinquenta por cento dos recursos a que se refere o art. 212 da Constituição, para eliminar o analfabetismo e universalizar o ensino fundamental.

DA FAMÍLIA, DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DO IDOSO - Cap. VII

Art. 227 - § 3º III - garantia de acesso do trabalhador adolescente à escola.